



**Encontro da Sociedade  
Brasileira de Economia  
Ecológica**

Brasília, 4 a 8 de Outubro de 2011

**Políticas Públicas e a Perspectiva da Economia Ecológica**

**IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO**  
Outubro de 2011  
Brasília - DF - Brasil

---

## DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES RURAIS

**Cecília Fakhouri de Oliveira** - cissafo@gmail.com  
*Profissional de biologia*

**Tatiana Dias Cantelle** (UFLA) - taticantelle@gmail.com  
*Mestranda em Administração - Economia, Gestão de Negócios e Mercado*

**Ricardo Reis Pereira** (UFLA) - ricpreis@dae.ufla.br  
*Docente do Departamento de Administração e Economia*

**Renato Elias Fontes** (UFLA) - refontes@dae.ufla.br  
*Docente do Departamento de Administração e Economia*

**Raul Razaboni Prado** (UFLA) - razaboni\_raul@hotmail.com  
*Acadêmico do curso de Agronomia*

## **DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES RURAIS NO SUL MINAS GERAIS**

Cecília Fakhouri de Oliveira; Tatiana Dias Cantelle; Ricardo Pereira Reis; Renato Elias Fontes; Raul Razaboni Prado

Universidade Federal de Lavras (UFLA)

### **RESUMO**

Os recursos naturais são considerados bens comuns de acordo com a legislação vigente e estão mais próximos do homem quando este se encontra em um imóvel rústico. A condição de proprietário não o permite usufruir dos bens públicos nela existente de maneira descontrolada, devido à inserção do contexto social no direito de propriedade. Esta privação gera conflitos, tendo em vista que os serviços ambientais mantidos beneficiam a comunidade local como um todo. A pesquisa fundamenta-se na investigação das relações entre as características produtivas, qualidade de vida e políticas públicas. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a interação entre os produtores rurais e os recursos naturais existentes em suas propriedades e no seu entorno. Os dados foram coletados, em dezessete municípios das mesorregiões Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas Gerais, a partir de entrevistas semi-estruturadas, junto aos produtores rurais e lideranças governamentais, sendo posteriormente tabulados e confrontados. Constata-se que os produtores estão conscientes da importância de se conservar os recursos naturais. No entanto, há a necessidade de se incentivar as boas práticas, não apenas penalizando-os pelo descumprimento do ordenamento jurídico brasileiro vigente.

**Palavras-chave:** Conservação; Meio rural; Política ambiental; Recursos naturais.

## **ABSTRACT**

Natural resources are considered common property in accordance with current legislation and are closer to the man when he is in a rustic property. The condition of the owner does not allow him to enjoy public goods that exist in an uncontrolled way, due to the insertion of the social context in property rights. This deprivation causes conflicts with a view maintained that environmental services benefit the local community as a whole. The research is based on the investigation of the relations between the productive characteristics, quality of life and public policy. In this sense, the objective of this study is to analyze the interaction between farmers and the natural resources on their properties and their surroundings. Data were collected in seventeen cities in Meso and South slopes of Field / South of Minas Gerais, from semi-structured interviews, along with farmers and government leaders, and was then tabulated and compared. It appears that producers are aware of the importance of conserving natural resources. However, there is the need to encourage good practice, not just penalizing them for not complying with the Brazilian legal system in force.

**Keywords:** Conservation, Rural field, Environmental Policy, Natural Resources.

## **1. INTRODUÇÃO**

Desde os tempos antigos a propriedade rural desperta os mais variados interesses. Há quem veja a propriedade da terra apenas no aspecto econômico, outros a detêm como reserva de valor, entretanto, há aqueles para quem a terra é geradora de vida. Foi pensando nos homens e mulheres que concebem a terra dessa forma, que nos propomos a realizar este estudo.

Especificamente, este trabalho consiste de um projeto, em andamento, intitulado “Avaliação de políticas públicas e programa de desenvolvimento regional: estudo multicase nas mesorregiões Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas Gerais”, iniciado em 2009 e financiado pela FAPEMIG.

O presente estudo teve como hipótese básica o interesse em compreender por que razão uma região desenvolvida econômica e socialmente apresenta um processo de degradação ambiental em grau tão elevado. Parte-se do pressuposto que essa perda de qualidade nos indicadores ambientais está associada à baixa efetividade de políticas de defesa dos mecanismos de atuação do setor público, que muitas das vezes não está em sintonia com as condições econômicas, ambientais e culturais dessas regiões.

Baseando-se em fatores históricos, pode-se afirmar que desde os primórdios da civilização humana, a interação entre o homem e a natureza é subentendida. Inicialmente, esta relação era motivada pela própria sobrevivência a ser alcançada, por meio do extrativismo e da caça, mas com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, o homem percebeu que poderia utilizar os recursos naturais de maneira racional e essa ocorreu de forma pacífica, até o início da industrialização e da formação de conglomerados humanos no entorno das grandes cidades, as quais se desenvolveram próximo às fábricas. Essa nova sociedade trouxe consigo duas conseqüências ecológicas: a exploração extensiva dos recursos naturais e o acúmulo de resíduos (externalidades), iniciando assim o processo de degradação ambiental.

A mudança de comportamento, advinda desse processo gerou conseqüências ao meio ambiente e, posteriormente, um movimento de preservação que se tornou mundial, por meio de uma maior conscientização da população, o que exigiu uma legislação específica, criada com o objetivo de reduzir os impactos negativos da ação antrópica sobre o meio ambiente.

O trabalho apresenta alguns resultados do cumprimento da função social da terra nas mesorregiões Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas Gerais. A análise e contraste entre os dados e informações obtidas servem ao propósito de discutir suas relações com a agricultura, as políticas públicas, o desenvolvimento regional e a conservação da biodiversidade.

Por meio deste estudo, busca-se caracterizar, através de um levantamento de dados qualitativos e quantitativos, as relações entre a agricultura, as políticas públicas, o desenvolvimento regional e a conservação da biodiversidade. A análise e contraste entre os dados e informações obtidas servem ao propósito de

discutir a realidade socioambiental nos municípios selecionados nas mesorregiões Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas Gerais, apontando a importância dos produtores rurais no processo de conservação ambiental.

## 2. METODOLOGIA

As mesorregiões mineiras Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas estão entre as doze mesorregiões do estado e juntas possuem uma área de 62.087,56 km<sup>2</sup>, abrigando 3.004.376 habitantes distribuídos respectivamente por 36 e 146 municípios, agrupados em três e dez microrregiões.

A área de estudo consiste de municípios selecionados nestas mesorregiões, a saber: Lavras, Ingaí, Itumirim, Ijací, Itutinga, Carrancas, Madre de Deus de Minas, Aiuruoca, Serranos, Andrelândia, Bom Jardim de Minas, Liberdade, São Vicente de Minas, Arantina, Carvalhos, Minduri e Seritinga.

A seleção desses municípios fundamentou-se na vocação histórica da atividade familiar, dominada por pequenos produtores rurais, e com indícios de declínio da atividade econômica e da capacidade de gerar renda. Neste caso, a composição do grupo de produtores foi intencional e em função da disponibilidade dos dados e receptividade quando ao interesse em participar do estudo.

A pesquisa aborda diversos aspectos da questão ambiental, como conhecimento da legislação, conscientização, sustentabilidade, acesso, uso e controle dos recursos hídricos, degradação e preservação dos componentes da fauna e flora, além de programas, projetos e ações públicas ambientais.

Visando atender aos objetivos da investigação, foram aplicados roteiros de entrevistas, do tipo semi-estruturadas, ou seja, contendo questões abertas para respostas subjetivas, bem como questões fechadas, junto aos produtores, agentes de extensão rural e secretárias municipais, principalmente do meio ambiente, da agricultura e do desenvolvimento.

Os dados levantados, bem como o seu cruzamento e a sua triangulação foram processados com auxílio do software estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), indicado para estudos sociológicos. Após definição das

variáveis de interesse, codificou-se as questões discursivas e procedeu-se á tabulação os dados.

Foram sistematizados e analisados no SPSS 261 questionários, originando 331 variáveis. Cabe ressaltar neste momento, que outras análises poderiam ser apresentadas, contudo elegeram-se apenas algumas das variáveis mais relevantes para a compreensão da realidade socioambiental das propriedades rurais no sul do estado.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pela pesquisa, constata-se que a maioria dos produtores está consciente da importância da legislação ambiental, haja vista que, na propriedade, 69% dos entrevistados mantêm área de reserva legal (Tabela 1). No entanto, é importante ressaltar, ainda, que quase 19% dos agricultores não têm informação sobre questões ligadas à existência na propriedade de área de reserva legal.

Essa constatação leva à necessidade de que o poder público preste esclarecimento por meio dos órgãos ligados ao meio ambiente, principalmente aqueles que fiscalizam sem a devida orientação.

Tabela 1 Indicadores ambientais nas propriedades rurais da região pesquisada, 2010.

| <b>MUNICÍPIO</b> |  |                          | <i>%</i> |
|------------------|--|--------------------------|----------|
|                  |  | Não existe               | 11%      |
|                  | Existência, na propriedade, de área de reserva florestal     | Existe                   | 69%      |
|                  |  | Não sabe ou não informou | 19%      |
| <b>REGIONAL</b>  |  |                          |          |
|                  | Opinião sobre como está o meio ambiente (natureza) na região | Ruim                     | 4%       |
|                  |  | Regular                  | 22%      |
|                  |  | Bom                      | 55%      |
|                  |  | Ótimo                    | 18%      |

Analisando ainda a tabela 1, observa-se que maioria dos agricultores considera que o meio ambiente apresenta boa qualidade, pois 73% opinaram como sendo de boas a ótimas as condições da natureza.

É importante ressaltar que a proteção ao meio ambiente não se restringe apenas à proteção das espécies arbóreas. A recuperação de pastagens degradadas, arações em nível, plantio direto, adoção de fossas sépticas e cercas no entorno das

nascentes são alguns exemplos que contribuem para a preservação do meio ambiente.

Fica, portanto, a seguinte questão: será que os entrevistados que disseram que o meio ambiente apresenta boa qualidade, pois 73% opinaram como sendo de boas a ótimas as condições da natureza, o fizeram de forma natural? Normalmente, os produtores com receio de sofrerem alguma fiscalização ambiental respondem no intuito de evitarem conflitos ambientais.

E é preciso cuidado para que esses dados não gerem desinteresse do poder público em relação a programas de sustentabilidade ambiental, a exemplo de tratamento de efluentes sanitários na cidade e nas comunidades rurais.

As informações da Tabela 2 corroboram a informação da maioria dos produtores, segundo os quais a qualidade do ambiente no campo é de boa a ótima. Grande parte dos produtores rurais convive com animais silvestres, protegendo-os e até mesmo alimentando-os. Há relatos significativos de aumento no número de avistamentos, justificados pela tomada de consciência dos mesmos.

Tabela 2 Convivência com animais silvestres nas propriedades rurais da região pesquisada, 2010.

| <b>MUNICÍPIO</b> |  |           | <i>%</i> |
|------------------|--|-----------|----------|
| <b>REGIONAL</b>  | São vistos animais silvestres na região? | Sim       | 85%      |
|                  |  | Não       | 6%       |
|                  | Protege os animais silvestres?           | Raramente | 8%       |
|                  |  | Sim       | 89%      |
|                  | Não                                      | 7%        |          |

De acordo com os dados da Tabela 3, outro fator que remete a existência de uma conscientização, é à proteção das margens de córregos e nascentes. Conclui-se que essa atitude é própria dos produtores rurais, entendendo que a importância desta ação para a manutenção dos níveis hídricos dos mananciais que abastecem suas residências.

Tabela 3 Proteção das nascentes e áreas virgens nas propriedades rurais na região pesquisada, 2010.

| <b>MUNICÍPIO</b> |  |                          | <i>%</i> |
|------------------|--|--------------------------|----------|
| <b>REGIONAL</b>  | Existência de proteção nas margens de córregos e nascentes | Não existe               | 5%       |
|                  |  | Existe                   | 62%      |
|                  |  | Não sabe ou não informou | 32%      |

|  |     |     |
|--|-----|-----|
| Existência de áreas virgens em sua propriedade | Sim | 72% |
|  | Não | 27% |

No que tange os recursos hídricos, a grande maioria dos entrevistados comentou que a água para consumo é de boa qualidade; 91% a utilizam na pecuária e 22%, nas lavouras (Tabela 4).

Quanto à disponibilidade de água, 89% informaram que não têm problemas de consumo e 9% reclamaram que, às vezes, falta. O abastecimento da água para consumo familiar e para as criações localiza-se na própria propriedade, o que demonstra a necessidade de conscientização em relação à preservação dos aspectos ligados ao ambiente.

Tabela 4 Qualidade, utilidade, disponibilidade e localização da águas nas propriedades rurais na região pesquisada, 2010.

| <b>MUNICÍPIO</b>                 |                         | %                             |     |
|----------------------------------|-------------------------|-------------------------------|-----|
| Qualidade da(s) fonte(s) de água | Ruim                    | 6%                            |     |
|                                  | Razoável                | 8%                            |     |
|                                  | Boa                     | 85%                           |     |
| Utilidade das fontes de água     | Família                 | 95%                           |     |
|                                  | Criação                 | 91%                           |     |
|                                  | Lavoura                 | 22%                           |     |
|                                  | Agroindústria           | 5%                            |     |
| <b>REGIONAL</b>                  | Disponibilidade de água | Sempre falta em algum período | 1%  |
|                                  |                         | Às vezes falta                | 9%  |
|                                  |                         | Suficiente                    | 48% |
|                                  |                         | Abundante                     | 41% |
| Localização das fontes de água   | Na propriedade          | 72%                           |     |
|                                  | Fora da propriedade     | 22%                           |     |
|                                  | Dentro e fora           | 5%                            |     |

Vale ressaltar neste momento, as possíveis incongruências dos dados. Assim como nos aspectos relacionados à reserva florestal, às proporções das matas ciliares mantidas, dificilmente atendem o prescrito na legislação.

Este fato remete a um ponto crítico. A maioria dos agricultores entrevistados (66%) não teve acesso a material explicativo sobre legislação ambiental, mas 55% das propriedades receberam visitas de órgãos fiscalizadores (Tabela 5).

Tabela 5 Legislação ambiental, conforme os produtores entrevistados na região pesquisada, 2010.

| <b>MUNICÍPIO</b> |  |     | <i>%</i> |
|------------------|--|-----|----------|
|                  | Acesso a algum material explicativo sobre legislação ambiental?                    | Sim | 34%      |
|                  |  | Não | 66%      |
|                  | Sente-se prejudicado/afetado por alguma medida de proteção ambiental?              | Sim | 46%      |
|                  |  | Não | 53%      |
| <b>REGIONAL</b>  | Visita de um órgão público ligado ao meio ambiente?                                | Sim | 55%      |
|                  |  | Não | 43%      |
|                  | Existência de política ambiental no município?                                     | Sim | 5%       |
|                  |  | Não | 93%      |
|                  | Existência de política que remunera o produtor por ações de preservação ambiental? | Sim | 5%       |
|                  |  | Não | 94%      |

Pelos dados apresentados na Tabela 5, observa-se que não se identificou um programa do poder público quanto à política ambiental no município e nem informações da existência de uma política de remuneração ao produtor por ações de conservação ambiental, apesar de já existirem casos no estado de Minas Gerais, inclusive na área de estudo.

Soma-se a esses indicadores, outras variáveis relacionadas à questão ambiental, como os procedimentos de controle de pragas e doenças, que revelam que 36% dos produtores não utilizam qualquer tipo de controle e mais da metade faz uso do combate químico (54%). Dentre os que fazem uso do tratamento químico, 31% recolhem as embalagens, 18% queimam os recipientes e 6% os jogam fora, contribuindo para a poluição do meio ambiente.

Outra informação preocupante levantada no estudo evidencia que a maioria dos agricultores queima o lixo doméstico (48%) e praticamente não há coleta domiciliar nas comunidades rurais (87%). Todavia, ressaltam-se as iniciativas de 41% dos entrevistados que se dispuseram a levar o lixo até as cidades.

#### 4. CONCLUSÕES

No que tange os resultados obtidos no presente trabalho, a interação entre produtor e recursos naturais é ambígua. Observa-se, que mesmo diante de tantas dificuldades, os produtores da área de estudo conservam os recursos naturais, adequando as ações à suas realidades.

Ora, se confrontarmos tais posições com o estabelecido na legislação ambiental vigente, sobretudo no que se refere aos critérios do código florestal, tem-se que as posições acima transcritas não obedecem às exigências, ou seja, a propriedade rural, na figura do seu proprietário, descumpra o ordenamento jurídico brasileiro.

Conclui-se que as políticas públicas, em todas as esferas (federal, estadual e municipal), necessitam de ajustes a fim de se adequar as peculiaridades existentes no meio rural, já que este é diversificado.

## 5. REFERÊNCIAS

BERKES, F. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In P. F. VIEIRA, F. BERKES E C. S. SEIXAS. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: APED e SECCO, 2005, pp. 47-72.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In. LEITE, S. (org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001, p. 15-52.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 1 out. 2009.

LUSTOSA, M.C.J.; CÁNEPA, E.M. e YOUNG, C.E.F. Política Ambiental. In: MAY, P.; LUSTOSA, M.C.J e VINHA, V. **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MALUF, R. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: Leite, S. (org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001.

PETERS, E.L. **Meio Ambiente & Propriedade Rural**: De acordo com o novo Código Civil. Curitiba: Juruá, 2006. 196p.